

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI Nº 6.347, DE 2.002

Veda a cobrança de tarifa mínima por empresas públicas ou privadas, a qualquer título, alterando a lei que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos.

Autor: Deputado Walter Pinheiro e outros

Relator: Deputado Almeida de Jesus

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.347, de 2002, de autoria dos ilustres Deputados Walter Pinheiro, João Grandão, Luciano Zica e Gilmar Machado, propõe alteração na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para que não seja admitida cobrança de tarifa por empresas concessionárias de serviço público sem a correspondente contraprestação de serviço, seja a título de tarifa mínima ou qualquer outro.

O projeto não recebeu emendas e cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, analisar a questão no que tange à defesa do consumidor e às relações de consumo.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta em análise é claramente benéfica ao consumidor brasileiro e justa em sua essência.

As empresas concessionárias de serviços públicos têm a garantia de mercado consumidor cativo, pois prestam serviços de primeira e indispensável necessidade. Com este argumento queremos colocar que o resultado que alcançam com os serviços que prestam para a grande maioria do mercado alvo de seu atendimento possibilita a **não** cobrança de tarifa mínima daqueles usuários que, por qualquer motivo, não estejam utilizando os serviços oferecidos e disponibilizados.

Aproveitando a iniciativa dos nobres pares, propomos que também seja incluído dispositivo que impeça as empresas concessionárias de enviar para o SPC ou SERASA o nome dos usuários que, eventualmente, estejam inadimplentes com o pagamento de suas contas. Acreditamos que o corte no fornecimento dos serviços básicos que estas empresas prestam já é punição suficiente para o usuário que, por diversos motivos, não pode pagar suas contas.

Dessa forma, oferecemos Substitutivo englobando a proposta original e a que propomos, pois ambas modificam a Lei nº Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.347, de 2002, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado Almeida de Jesus
Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.347, DE 2.002

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que “dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 13-A É proibida a cobrança de tarifa sem a correspondente contraprestação de serviço, objetivamente medido ou identificado, nem a cobrança de tarifa mínima a qualquer título.

Art. 13-B É proibido o envio do nome dos usuários inadimplentes, em relação pagamento dos serviços prestados pelas empresas concessionárias ou permissionárias da prestação de serviços públicos, para registro nos serviços de proteção ao crédito e no Serasa, ou em quaisquer outros bancos de dados de consumidores inadimplentes.”

Art. 2º. As empresas concessionárias ou permissionárias da prestação de serviços públicos ficam obrigadas a solicitar baixa do registro do nome dos usuários que tiver enviado para quaisquer bancos de dados dos serviços de proteção ao crédito e Serasa no prazo máximo de 30 dias a contar da publicação desta lei.

Parágrafo Único. O não cumprimento do disposto no caput deste artigo obriga a empresa infratora ao pagamento de multa indenizatória de 1 (um) salário-mínimo por mês para o usuário enquanto a baixa não for processada.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado Almeida de Jesus
Relator